



## Vicente de Lemos, um apaixonado pela História ou a construção de uma imagem? (1902-1952)<sup>1</sup>

*Vicente de Lemos, passionate about History or the construction of an image? (1902-1952)*

**Sarah Karolina Sucar Ferreira**

Mestre (2021 - 2023) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
<https://orcid.org/0000-0002-5643-6933>, [sarahsucar22@gmail.com](mailto:sarahsucar22@gmail.com).

Recebido em: 26/03/2023 / Aceito em: 08/09/2023  
DOI: 10.12660/rm.v15n24.2023.89172

### Resumo

Este artigo objetiva analisar como a imagem de Vicente de Lemos ligado à História foi gestada por ele e pelos seus contemporâneos, durante sua vida, como também após seu falecimento. Sendo o marco temporal desta pesquisa 1902 a 1952, o primeiro referente à fundação do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte, do qual Lemos foi um dos fundadores; e o segundo às homenagens feitas pelos seus amigos no aniversário de 50 anos do Instituto que ajudou a fundar. Para perscrutar tal construção desse intelectual, considerado um dos fundadores da historiografia do Rio Grande, foi preciso recorrer a publicações de Lemos, bem como jornais, revistas que escreveu ou que foi homenageado. Sendo mobilizado como metodologia a análise de fontes e o paradigma indiciário.

**Palavras-chave:** História; Primeira República; Rio Grande do Norte; Vicente de Lemos; Construção da imagem.

### Abstract

This article aims to analyze how the image of Vicente de Lemos linked to History was created by him and his contemporaries, during his life as well as after his death. Being the time frame of this research 1902 to 1952, the first referring to the foundation of the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, which Lemos was one of the founders; and the second, the tributes paid by his friends on the 50th anniversary of the Institute that they helped to found. To scrutinize such an intellectual construction considered one of the founders of the historiography of Rio Grande, it was necessary to resort to Lemos' publications, as well as newspapers, magazines that he wrote or that were honored. Being mobilized as a methodology the analysis of sources and the evidence paradigm.

**Keywords:** History; First Republic; Rio Grande do Norte; Vicente de Lemos; Image building.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi resultado de parte da pesquisa realizada no mestrado sob orientação do professor doutor Magno Santos. A qual foi realizada com bolsa Capes.

## Introdução

Uma imagem congelada no tempo, uma imagem construída pela história. Quem já se deteve ao estudo da historiografia norte-rio-grandense, provavelmente, já se deparou com as fotografias dos fundadores do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte (IHGRN), dentre elas, a de um senhor de rosto comprido, um pouco magro, calvo, de bigode e barba brancos, óculos redondos, olhando seriamente ao ser fotografado (RIHGRN, 1911). Possivelmente, essa imagem é a primeira que vem à mente quando se conhece a fotografia e se fala de Vicente Simões Pereira de Lemos. Essa foi a imagem que a fotografia eternizou e que as narrativas deram cor com o passar do tempo. Todavia, a construção da imagem do desembargador, após a fundação do IHGRN, não começou a se transformar com a fotografia. Na verdade, essa construção foi iniciada por meio da escrita, do discurso oriundo de sua lavra e de seus amigos, uma vez que, essas formas de registros ajudam a “fixar” imagens (DIDI-HUBERMAN, 2012; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015, p. 233). Dessa maneira, a figura do jurista Lemos, ao passar do tempo, foi se transformando na do historiador. Neste artigo, serão buscados justamente os indícios dessa transformação.

Primeiramente, é necessário compreender quem foi o intelectual aqui referido. Em 1850, na capital da província pernambucana, nasceu Vicente de Lemos. Filho de comerciante ingressou na Faculdade de Direito de Recife, em 1869, concluindo o curso em 1873, em um momento no qual somente cerca de 20% da população do Império conseguia decifrar as letras (SCHWARCZ, 2010, p. 118; BEVILÁQUA, 2012; COSTA, 2017). Poucos anos depois, especificamente em 1875,<sup>1</sup> já casado foi nomeado para um cargo público na província do Rio Grande do Norte, e assumiu o cargo em 1876 (A REPUBLICA, 1890, n. 66, p. 3). Nos anos que se seguiram até o advento republicano continuou a ser nomeado e se aproximou do grupo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (COSTA, 2017).

Morando nas terras norte-rio-grandenses, sua família cresceu, alguns de seus filhos casaram no estado, a exemplo de Maria Isaura, que casou com o pernambucano Candido Medeiros em 1895 no município de Canguaretama (A REPUBLICA, 1895, n. 352, p. 4; RIHGRN, 1920). Assim, mesmo natural de Pernambuco, o letrado aqui estudado passou a maior parte de sua vida no Rio Grande do Norte, dos seus 25 aos

---

<sup>1</sup> De acordo com Antônio Soares (genro de Lemos), o bacharel pernambucano somente teria aceitado assumir o cargo após o casamento. RIHGRN, 1952, p. 79.

seus 68 anos, quando veio a dar seu último suspiro (JORNAL DE RECIFE, 1918, n. 342, p. 1; COSTA, 2017).

No tocante a trajetória de Vicente de Lemos, principalmente no final do século XIX e início do XX, já próximo ao grupo Albuquerque Maranhão comandado por Pedro Velho, Lemos foi nomeado a participar da comissão responsável pela catalogação documental para a questão territorial com o Ceará, a chamada *Questão de Grossos*. Teria sido justamente esta querela, que fizera Lemos se debruçar sobre a história potiguar e levado à ideia de fundar o Instituto Histórico no estado (FERNANDES, 2016; COSTA, 2017).

Tal experiência citada por Vicente de Lemos em 1907, na coluna *Papéis Velhos*, publicada no jornal *A República*, porta-voz do grupo que apoiava (SILVA, 2014), afirmava tanto a ajuda de Pedro Velho chefe do referido grupo para a fundação do Instituto, como ter “paixão” pelos velhos papéis desde a busca documental na querela territorial (LEMOS, 1907, n. 142, p. 1).

Vale frisar que o objetivo aqui não é tratar do IHGRN, e de seus fundadores (como fizera os trabalhos de Bruno Costa, 2017 e Patrícia Azevedo, 2020). Nem analisar especialmente o discurso proferido em 1919 em homenagem a Lemos, como outros trabalhos acerca do Instituto do Rio Grande fizeram, a exemplo da pesquisa de Bruno Costa (2021), que a partir da análise do necrológico de Vicente de Lemos de 1919 constatou que a “imagem de Vicente de Lemos é urdida a partir da figura do homem dedicado ao arquivo e devotado ao gosto pelos documentos referentes ao Rio Grande do Norte. [como] [...] sinal de gratidão coletiva e institucional, expressão do dever de memória” (COSTA, 2021, p. 7). Além do trabalho de Costa, pode-se citar o artigo de Krishna Luchetti (2017), que também analisou necrológicos dos primeiros anos da revista do IHGRN. Mesmo concordado com as conclusões desses trabalhos, a hipótese levantada neste artigo é que tal imagem de Lemos antecede os necrológicos, que os perpassa e que se vai consolidando ao longo do tempo. De tal modo, que nesta pesquisa se mobiliza outras fontes para além do necrológico de 1919, que foi a base dos trabalhos de Costa e Luchetti.

Tendo isto em vista, este artigo objetiva analisar como o jurista Vicente de Lemos, teve sua imagem modificada após 1902 coma a fundação do IHGRN. Por tal motivo, o recorte temporal desta pesquisa se inicia em 1902, ano da fundação do Instituto e, finaliza em 1952, quando mais de 30 anos após o falecimento do intelectual, passou a ser lembrado quase como um “herói”.

Para isso entende-se que imagem a partir da definição de Georges Didi-Huberman, nas quais as imagens não se resumem a fotografias ou quadros, mas também são criadas pelos discursos. De modo que, mesmo tais “imagens” sendo passíveis de “montagens”, no sentido de colagens e sobreposições de tempos históricos (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 208-219). E essa criação de imagens também geram “formas de ver” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 35-42). De forma que, mesmo sem desconsiderar as diferenças de contexto que os documentos foram produzidos nesse interim de 30 anos, eles se ligam por serem sujeitos contemporâneos a Vicente de Lemos.

Ademais, levando em conta que o *lugar social* dos sujeitos, que de acordo com a definição de Michel de Certeau, a instituição em que o sujeito se vincula implica na sua forma de escrever, por meio de “leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto” (CERTEAU, 1982, p. 66). De forma que, para situar o *lugar social* de produção das fontes aqui analisadas, recorre-se a alguns trabalhos que se debruçaram sobre a atuação do IHGRN ao longo do tempo. Uma vez que, foi na revista desse instituto que as fontes foram publicadas. Todavia, mesmo compreendendo que permeado de regras e interesses ligados à legitimação do Instituto rio-grandense estão imbuídas nessas publicações acerca de seus fundadores (COSTA, 2017; SILVA, 2021). Considera-se válido pensar como esses consócios, especificamente, Vicente de Lemos, teve sua imagem construída ao longo do tempo e que tal processo começou a ser pensado por ele mesmo em vida.<sup>2</sup> De modo que aqui, não se objetiva comparar os elementos estruturais recorrentes em homenagens do Instituto ao logo do tempo.

Posto isso, no presente artigo no que concerne a metodologia e as fontes recorre-se a publicações de jornais desse recorte, como também revistas do IHGRN, além dos escritos de Vicente de Lemos, em especial, a coluna *Papéis Velhos* (1907) e o livro *Capitães-mores e Governadores*<sup>3</sup> (1912). Nessas fontes é possível identificar discursos de Lemos transcritos, como textos e homenagens a ele dedicados. Ademais, vale salientar, que discursos aqui entendidos de acordo com a definição de Durval Albuquerque Júnior, que discurso é uma “peça oratória proferida em público

---

<sup>2</sup> A análise aqui proposta foi inspirada na tese de Ana Paula Caldeira (2015). Na qual Caldeira, dentre outros pontos, pensou justamente a construção da imagem de Ramiz Galvão.

<sup>3</sup> Esse livro possui dois volumes sendo somente o primeiro publicado em vida por Lemos, e o segundo publicado quase 50 anos depois da sua morte. Por esse motivo, esta pesquisa utilizou apenas o primeiro volume.

ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público” (2015, p. 223). E como tal são também “construções narrativas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015, p. 233-234).

Ademais, nesta pesquisa, utilizou-se como metodologia o levantamento documental, a análise de fonte, e o paradigma indiciário, buscando tantos os indícios, quantos os silêncios (GINZBURG, 1989). De modo que, por meio dos indícios dos textos publicados por Lemos e seus amigos ao longo dos anos, buscou-se identificar as continuidades dos discursos, que reverberaram na construção da imagem de Lemos. Ou seja, as características que o próprio Vicente de Lemos ainda em vida atribuiu a si, e como elas continuaram ou não a serem difundidas mesmo após a sua morte, por aqueles que acompanharam sua trajetória.

Por fim, o presente artigo está dividido em duas partes. A primeira pretende compreender como ainda em vida os discursos contribuíram para a construção da imagem de Vicente de Lemos. A segunda aborda justamente os discursos póstumos dos contemporâneos do letrado Lemos.

### Um “apaixonado” pela História

Antes de fitar os velhos vestígios acerca da construção da imagem de Pereira Lemos, é preciso compreender um pouco mais acerca da instituição que ajudara a fundar, e o seu *lugar social*, uma vez que esse liga-se intimamente com a imagem que vai sendo construída ao longo do tempo.

O Instituto norte-rio-grandense era congênere do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 (AZEVEDO, 2020; COSTA, 2017). Tal instituto criado ainda na primeira metade do século XIX nasceu como tendo um dos principais objetivos a “construção da história nacional”, uma vez que, essa era considerada essencial para a “consolidação do estado” brasileiro. Além da produção de narrativas, a catalogação de documentos, a delimitação do território eram uma de suas pautas recorrentes (GUIMARÃES, 1988, p. 5-7). Com objetivos e forma parecidos, o IHGRN fundado no período republicano buscava a “construção de uma identidade do Rio Grande”, sendo parte de seus fundadores formados em Faculdades de Direito, a exemplo de Vicente de Lemos (AZEVEDO, 2020, p. 34-50; COSTA, 2017).

A fundação do IHGRN, segundo Renato Peixoto, teria ocorrido em meio às tentativas da “organização familiar” Albuquerque Maranhão de “consolidar seu poder”, e a história seria uma dessas formas (PEIXOTO, 2010, p. 169-170). Nesse contexto, a narrativa histórica produzida no Instituto,<sup>4</sup> teria também o objetivo de legitimar o “direito de posse” do estado norte-rio-grandense frente às querelas territoriais em especial a querela com o Ceará (PEIXOTO, 2010, p. 180; FERNANDES, 2016; COSTA, 2017).

A divulgação do trabalho realizado no IHGRN quanto no IHGB, ocorria principalmente, por meio da revista do instituto. No caso do Rio Grande, essa foi lançada em 1903, e nela constava tanto textos dos consórcios, como as atas de reuniões realizadas na instituição (AZEVEDO, 2020; COSTA, 2017; GUIMARÃES, 1988). Ambas as instituições, ao produzirem textos e homenagens aos seus consórcios também legitimavam o seu lugar de produção, como seus consórcios. Desse modo, o *lugar social* desses sujeitos era permeado por tais interesses tanto institucionais, quanto pessoais (AZEVEDO, 2020; COSTA, 2017; DETONI, 2021). Esse ponto torna-se basilar para compreender a revista do instituto do Rio Grande (RIHGRN) nesse período, que foi uma das fontes aqui mobilizadas.

Isso posto, pode-se fitar o ano de 1902, poucos dias antes do IHGRN ser fundado, Vicente de Lemos apareceu, nas páginas do jornal *A República*, como responsável pela busca documental na *Questão de Grossos* (A REPÚBLICA, 1902, n. 29, p. 1; COSTA, 2017). Assim, a imagem do jurista começava a ser reconstruída como a de um dos “beneméritos colecionadores de valiosíssimos documentos em prol do Rio Grande do Norte” (MEIRA E SÁ, 1904, p. 88). O agradecimento da busca documental não se deu apenas pela questão territorial com o Ceará, mas também pelos documentos que encontrou no seu labor como jurista ou no IHGRN. Foi justamente nesse sentido que o autor do texto *A cadeia de Natal*, publicado na revista do instituto histórico, afirmou o seguinte, em agradecimento a Lemos: “actividade invejável de nosso operoso confrade, o exm. ser. desembargador Vicente de Lemos, que laboriosamente os extrahiu e colligui dos archivos cahoticos da municipalidade” (RIHGRN, 1906, p. 250).

---

<sup>4</sup> De acordo com Peixoto, a produção da narrativa de identidade do Rio Grande é múltipla e aponta “três focos: o Seridó, Mossoró e Natal. É preciso pensar essa construção e sua reelaboração a partir das articulações constituídas entre as organizações familiares.” (PEIXOTO, 2010, p. 192).

Dessa forma, o desembargador passou a ser percebido pelos confrades como o colecionador de papéis “valiosos”. Já a sua tarefa de busca documental passou a ser retratada como “invejável”, como “difícil”, devido à situação dos arquivos.

Mas não eram somente os seus confrades que iam transformando a imagem do homem jurista na do “homem de arquivo”. Ele próprio corria a mão a escrever e, quando fazia isso, ao menos na apresentação de alguns textos, não deixava de falar de si. Exemplo dessa tentativa de construção da própria imagem ocorreu em 1907, na primeira publicação de *Papéis Velhos*, quando Lemos fala de seus percalços:

Apesar dos encargos de magistrado e do estado um tanto precário de minha saúde, venho corresponder à lembrança que tivestes de publicar pelas conceituadas columnas d’A República’ alguns documentos curiosos e interessantes para a história do Rio Grande do Norte, colhidos por mim, durante a pesquisa de outros, concernentes à nossa questão de limites com o Estado do Ceará. [...] Apaixonei-me deveras, meu caro colega pelo estudo de papéis velhos. [...] Cauteliar todos os [papéis velhos] proveitosos [e uteis a nossa] história. (sic) (LEMOS, 1907, n. 142, p. 1).

Nessa publicação, o cronista de *Papéis Velhos*, assim como seus confrades, tratou de sua experiência documental, que teria deixado marcas pela vivência no arquivo, que o teria afetado,<sup>5</sup> que o teria feito se “apaixonar”. Mesmo considerando que a experiência é formativa (BONDÍA, 2002, p. 24), a imagem de Lemos em torno da busca documental se fez recorrente. Os papéis que buscou sempre foram colocados como “curiosos e úteis” para a história, enfatizando a imagem do jurista como “homem de arquivo”. Além disso, também era ressaltado como esse labor deixava marcas e percalços – os “sacrifícios feitos” (BARTHES, 1988) pela história –, pois, mesmo atarefado como magistrado e com a saúde um tanto debilitada, continuava a ser “apaixonado” e a “servir” a história, por meio da coluna. De modo que, nessa primeira publicação de *Papéis Velhos*, Lemos ajudava a sobrepor por meio do discurso a imagem do jurista, que se debruçou na história, nessa espécie de *montagem* entre aquele que busca os documentos para questão territorial e a imagem de empenhado pelo estudo da história (DIDI-HUBERMAN, 2012). Tal forma de colocar-se como devoto a pátria e a “abnegação”, também era um elemento recorrente nos textos dos historiadores do IHGB (DETONI, 2021, p. 123-126).<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Experiência entendida aqui, de acordo com Jorge Bondía (2002, p. 24), como algo capaz de tocar.

<sup>6</sup> Como também nas homenagens póstumas no IHGRN (COSTA, 2021).

Ademais, ao escrever na carta que seria publicada no primeiro dia de *Papéis Velhos* sobre seu “estado um tanto precário de saúde” passa a ideia de que isso estaria ligado à busca documental. Quase como um “mártir”, o arquivo e a frágil saúde marcariam a imagem que estava sendo construída e reconstruída pelo e para o “homem de arquivo”. Segundo Tarciso Medeiros, nas cartas de Tavares de Lyra (era ligado aos Albuquerque Maranhão e atuou no IHGRN e na *Questão de Grossos*), e Vicente de Lemos em 1907, também apareceu a preocupação de Lyra com a saúde do já idoso magistrado (MEDEIROS, 1959). Aqui não se pretende questionar o quão doente Lemos estava ou se ele realmente estava enfermo, mas sim entender como essa possível situação de saúde, somada à sua trajetória, contribuiu para a construção da imagem do desembargador como um historiador.

Porém, ao perscrutar um pouco mais da trajetória de Lemos por meio de jornais e relatórios foi possível perceber certa recorrência de pedidos de licença feitos pelo letrado ao longo do tempo. Entre 1878 á 1918, foi possível identificar 11, sendo 8 dessas tendo como a justificativa “tratar da saúde”. A última licença, em 1918 foi o pedido de “montepio” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1883, n. 163; 1918, n. 113; O REPORTER, 1879, n. 82; O MACAUENSE, 1886, n. 8; GAZETA DO NATAL, 1888, n. 93; RIO GRANDE DO NORTE, 1891, n. 77; n. 78; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1891, n. 2348; A REPÚBLICA, 1891. n. 145; 1895, n. 314; GAZETA DE NOTÍCIAS, 1892, n. 72; MENSAGEM DIRIGIDA [1895], 1896; 1897; [1898], 1899; 1900; JORNAL DO COMMERCIO edição da tarde, 1918, n.93, p.4.). Esse número de licenças relacionadas à questão da saúde pode indicar que realmente o letrado padecia de alguma doença.

Ainda sobre a publicação em *Papéis Velhos*, vale também frisar que a utilização do adjetivo “nossa”, para se referir à história rio-grandense, aponta para a forma que esse intelectual vai se colocando como parte dessa história, mesmo sendo natural do estado pernambucano.

Outrossim, se o arquivo era uma das marcas da reconstrução do magistrado, também o era a ação no IHGRN. Em 1909, Nestor Lima apresentou o trabalho sobre a fundação da Igreja Matriz de Natal. Esse trabalho também serviu para ele entrar no instituto e, em poucos anos, a contribuição foi publicada na revista do IHGRN. O texto foi introduzido com algumas justificativas e agradecimentos, não deixando de citar seu amigo Vicente de Lemos, retratado como “**alma mater** do Instituto histórico, a quem desde já penhóro, pelos inestimáveis subsídios, o meu reconhecimento e respeito

sincero” (RIHGRN, 1913-1915, p. 5-6, grifo do autor). O desembargador era, assim, descrito por Lima como um pilar da instituição, que também derivava de certa forma da busca documental pelos “inestimáveis subsídios”.

Entretanto, não foi somente Nestor Lima que ajudou a ligar a imagem de Lemos ao IHGRN. Dois retratos cobertos com a Bandeira da República de 1817 se encontravam no salão dessa instituição no seu décimo natalício. No final da sessão, eles foram inaugurados “ao som de vibrantes salva de palmas e da banda musical do Batalhão de Segurança” (RIHGRN, 1921, p. 176-190). Tais elementos que se faziam presentes na comemoração, como a Bandeira de 17, são indícios de que também estavam ligados à cultura política que estava sendo gestada pelo grupo. As imagens postas no salão poderiam indicar, além de homenagem, a construção da história do IHGRN, e dos “seus heróis”. Uma vez que, o Instituto considerava parte importante da história do Rio Grande o acontecimento de 1817, como também outros institutos consideravam a chamada revolução como importante para a história de seus estados (COSTA, 2017; SCHWARCZ, 1993). Portanto, a *montagem* da imagem da bandeira de 17 sobre os quadros, aponta para narrativa que interligava o passado revolucionário com os homenageados. O discurso se fazia imagem, e a imagem implicava na historicidade que se compreendia acerca do próprio instituto (DIDI-HUBERMAN, 2012; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015).

Todavia, de quem seriam os dois quadros? Os rostos desvelados ao final da sessão eram dos presidentes do IHGRN, Olympio Vital e Vicente de Lemos. Antes disso, não poderiam faltar os discursos que dariam “cor” aos retratos,<sup>7</sup> sendo dois deles transcritos em atas. O primeiro foi o do orador Sebastião Fernandes. Nas palavras dele, o IHGRN era “um centro de defesa pacífica e digna pelo estudo e reconstrução da nossa História” (RIHGRN, 1921, p. 181). Os dois retratos simbolizavam dois dos fundadores desse centro, uns “dos mais ardorosos propagandistas da idéia magnanima da fundação” do IHGRN e os “mais distintos servidores” (RIHGRN, 1921, p. 181-182). Assim, tanto a imagem de Vital quanto a de Lemos representavam o esforço da “reconstrução” da história norte-rio-grandense. Em relação ao cronista de *Papéis Velhos*, novamente foram enfatizados os seus serviços no IHGRN, a sua contribuição para a história.

---

<sup>7</sup> No que se referem às imagens que ganhavam “cor” no IHGRN pelas narrativas, ou seja, a arte no IHGRN, Cf. SANTOS, 2020.

Ainda sobre o discurso de Fernandes, ele não se deu em poucas palavras. Sebastião discorreu sobre a vida dos homenageados, e, ao tratar do desembargador Lemos, descreveu-o como justo, esforçado, dedicado, além de acentuar o “amor” do historiador “pela terra amada de seus filhos”, ou seja, pelo Rio Grande do Norte. Além de enfatizar essas qualidades ligadas ao labor do jurista que já vinham sendo evidenciadas anteriormente no IHGRN, o “amor pátrio” ao estado do Rio Grande também foi realçado. Assim como Nestor Lima chamou Lemos de “*alma mater*” da instituição, Fernandes retratou o letrado como “quase exclusivamente” o fundador da “casa da memória”, o qual teria o ensejo de “lançar as bases da nossa História escrevendo” o livro de 1912 (RIHGRN, 1921. p. 183-186). Desse modo, o orador quase sintetizava o IHGRN na imagem do já idoso Lemos.

Outro ponto tratado foi a experiência de Vicente de Lemos na questão territorial que, segundo Fernandes, foi “a pedra de toque que havia de pôr em prova a sua abnegação e carinhoso” pelo Rio Grande do Norte. Se a querela territorial foi à prova, novamente a questão da “escassez da saúde” ajudaria a mostrar o lado “patriótico” do desembargador. O seu confrade também não se esqueceu de destacar a “enormidade” dos serviços ‘inolvidáveis’ do homenageado (RIHGRN, 1921. p. 181-184). Vale destacar que, a história como “função *utilitária*”, era uma das características presentes na historiografia do século XIX (OLIVEIRA, 2010, p. 41-42).

Se Pereira Lemos não era “potiguar” de nascimento, era, segundo o orador, da “terra classica da liberdade onde primeiro se levantará o brado ardente da independencia da Patria”, da abolição, “da liberdade e da República” (RIHGRN, 1921, p. 183-186). Assim, ligava-o a 1817, e, de certa forma, ao Rio Grande do Norte, que também participou da sedição. Portanto, na reconstrução da imagem de Vicente de Lemos, alguns pontos parecem ser recorrentes, como a participação na questão territorial, os serviços pátrios, a saúde debilitada e o fato de ele ser um pernambucano “quase norte-rio-grandense”.

Nessa mesma sessão, em que os dois presidentes do IHGRN foram homenageados, Vicente de Lemos pediu a palavra tanto para agradecer como para discursar. No início do seu discurso, assim como fez em *Papéis Velhos*, falou que a “fraqueza” de sua saúde “permitia um certo dispêndio de actividade intellectual”, de modo que, ao afirmar, de certa forma ligava a atividade da história ao ‘consumo’ de um pouco de sua frágil saúde (RIHGRN, 1921). Essa imagem da história que consome, que adoce, já aparecia, segundo Roland Barthes (1988, p. 36-37), em

Michelet, como um “morrer de amor” pela história, de modo que o “ser historiador” colocava acima da saúde a devoção pelo labor. Ao que parece, o cronista de *Papéis Velhos* também se aproximava desta perspectiva.

Além da saúde, Lemos reafirmou o IHGRN e seus esforços de pesquisar “as glórias do passado”, “as nossas tradições potyguares”, “com amor e carinho”. A história pesquisada com “amor” pelo apaixonado seria a história potiguar. Mesmo não tendo nascido no referido estado, usou a expressão “nossas tradições”, incluindo-se, desse modo, na história narrada. Ademais, os pontos recorrentes que Lemos não deixou de enfatizar foram a *Questão de Grossos*, a necessidade de fundar a instituição, como também a “activa peregrinação, trabalhado por essas preciosidades históricas, occultas e entregues ao baratro do esquecimento, glorificando seus heróis”, relacionada, de certo modo, à busca documental (RIHGRN, 1921).

Como o seu discurso abordava a sua trajetória e os heróis, não deixou de citar “Felippe Camarão, Frei Miguelinho, André de Albuquerque e tantos outros” que, segundo Lemos, “regaram com seu sangue a aurora da liberdade, que fructificou a 15 de Novembro de 1889” (RIHGRN, 1921, p. 186). Dessa forma, a reconstrução da imagem do desembargador não se fazia à parte da cultura política que produzia. Ele buscou a história pelos velhos papéis, e exaltou a República e os “mártires” que eram gestados pelo grupo.

Ao mesmo tempo em que retificou a legitimidade do próprio Instituto, afirmou que o sodalício não era “uma instituição morta ou inútil ahi estão para dizer bem alto a nossa Revista, as nossas festas cívicas e a recente lei de 11 de novembro do anno passado, considerando este Instituto um estabelecimento de utilidade publica.” Assim, Lemos tentava legitimar a serventia da instituição, agora reconhecida por lei. Ele também enfatizou a produção do IHGRN. Nesse sentido, a função da revista e das festas cívicas seria “colher” as “melhores lições de civismo” (RIHGRN, 1921, p. 176-190; COSTA, 2017), como também validar o seu trabalho nesse sodalício. O desembargador não deixou de falar do labor do historiador, que, de certo modo, tratava também de si, e fez a seguinte comparação:

Ardua, porém, e muita árdua é a missão desses apóstolos, que entregues a um acurado estudo e decidido trabalho, se encarregam de facilitar os segredos, os dons preciosos, que nos dá a experiencia dos tempos idos [...]. E, semelhante áquelles monges de São Bernardo, que nas montanhas dos Alpes e através das densas trevas da noite, de lampada em punho, procuram quem, porventura: jaz

estendido por entre os blocos de neve, taes apóstolos, caminhando também através das noites do passado, com o facho da historia em punho, vão á procura dos heróes soterrados na caligem dos tempos, soerguel os, dar-lhes um sopro de vida. (RIHGRN, 1921, p. 188-189).

Vicente de Lemos comparava, assim, o trabalho do historiador com o de um monge beneditino, de modo que, pelo discurso a *montagem* entre o historiador Lemos e monges, se sobrepunha (DIDI-HUBERMAN, 2012). Assim, o historiador, como um monge da história, percorre a neve à procura de pessoas; os “apóstolos” da história trazem os heróis à luz,<sup>8</sup> que, por seu turno, não mais permanecem soterrados pelo tempo. Mas, é preciso ler as entrelinhas, os monges beneditinos também foram conhecidos pela sua ação copista dos documentos antigos. Não se trata, nesse caso, do ato de copiar para aprender a escrever, como se faz no período de letramento. Segundo Alette Farge, o copiar dos beneditinos é “um exercício maduro [...] aplicados, cuja vida é devotada a copiar textos” (FARGE, 2009, p. 22). Ao fazer essa comparação, Lemos falava de si mesmo, ele que se debruçou nos velhos papéis, no copiar dos documentos para a questão territorial e nas comissões do IHGRN.

Portanto, pela escrita, pelo retrato e pelos discursos, a imagem do cronista de *Papéis Velhos* foi sendo transformada, recriada, acrescentando ao jurista os elementos do ‘homem de arquivo’. Vale frisar, que o narrar dos discursos, o apresentar da descrição do espaço da homenagem de 1912, aponta para a afirmação de Albuquerque Júnior (2015, p. 223), sobre a ligação entre o discurso, à publicação e a memória. Pois, mesmo que não tenha a foto dos quadros enquanto estavam cobertos naquele dia pela bandeira, pela descrição, pela imaginação ao ler o texto, permite que se faça uma imagem, essa como pode-se perceber pelos dois discursos aqui citados, objetivavam também criar memórias e legitimar o Instituto (DIDI-HUBERMAN, 2012; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015).

Ademais, não foi somente nas folhas da Revista do IHGRN que a imagem de Lemos foi sendo construída e reforçada. Exemplo disso é a apresentação do livro *Capitães-mores e Governadores*, escrita pelo amigo próximo do autor, Tavares de Lyra. Novamente, o desembargador foi descrito como fundador do IHGRN, como integrante da busca documental, como dedicado ao estado norte-rio-grandense, como alguém que presta serviços relevantes. E, mais uma vez, ao tratar da naturalidade

---

<sup>8</sup> Essa visão da história como luz, herança do iluminismo, também está presente no IHGRN. COSTA, 2017.

dele, foi escrito: “embora nascido [...] sob o céu encantador da bela **Veneza Americana**” (LYRA, 1912, p. III-VI, grifo do autor).

Outro exemplo que vai além do RIHGRN e que também ajuda a reafirmar essa imagem é a coluna *Cartas de um desconhecido*, assinada com pseudônimo de Jacinto Canela de Ferro, que, na verdade, era Eloy de Souza. A coluna em questão foi publicada no jornal *A República*, entre 1914 e 1915. Tratava-se de um intelectual que também participava da rede de sociabilidade de Lemos. Em uma das publicações da coluna, Souza fala do idoso desembargador, afirma conhecê-lo desde a época em que o pernambucano era promotor, acentuando que se fazia “cerca de meio século”. Em alguns momentos, descreve o amigo, e é justamente essa parte que nos interessa por hora. Ele diz: “muito mômço já usava óculos e tinha pouco cabelo, o que lhe aumentava ainda mais a largura da testa, própria do homem inteligente, como costumava dizer o vigário Pereira que também o tinha da mesma marca” (FERRO, 1969, p. 85). Nessa passagem, pelas entrelinhas e para além do humor, percebe-se que a imagem que Souza constrói do amigo é a de um homem inteligente.

Esse ponto é ressaltado novamente na mesma crônica. O escritor continua: “quando cheguei à casa do antigo promotor da cidade do Príncipe, hoje desembargador no Tribunal da Relação do Estado, encontrei-o com três óculos no nariz, debruçado sobre um montão de papéis velhos,<sup>9</sup> encardidos e já comidos da traça” (FERRO, 1969, p. 86). A imagem criada, constituída pela *montagem* dos velhos papéis, dos óculos, e do “velho” estudioso, pode ser entendida como uma caricatura do letrado (DIDI-HUBERMAN, 2012). A quantidade excessiva de óculos pode ser interpretada: como Lemos por ser um estudioso que se debruçou sobre os velhos papéis e para isso precisaria de várias lentes, ou mesmo indicando que o letrado já se encontrava numa idade avançada, que não conseguia ler com apenas um óculo.

Ao longo da crônica, Ferro conta uma conversa que teve com o desembargador sobre o vigário Pereira, e ao final afirmou: “o dr. Lemos falando dessas coisas passada tinha como eu, os olhos cheios d’água, e com razão. Quando se chega nessa idade, a lembrança desses dias parte o coração e dá mesmo vontade de chorar” (FERRO, 1969, p. 88). Sobre a idade ter sido reforçada nesse trecho, é preciso considerar que Eloy de Souza escreveu a crônica quando tinha cerca de 42

---

<sup>9</sup> Ter citado ‘papéis velhos’ pode ter sido uma referência à coluna escrita por Lemos em 1907, que levava o mesmo nome, ou pode ser uma referência aos documentos, uma vez que não era incomum chamar a documentação desse modo.

anos de idade, enquanto Lemos tinha por volta dos 65. Assim, mesmo caracterizando o desembargador como estudioso e dedicado aos documentos antigos, a imagem já incluía a idade avançada de Vicente de Lemos.

Portanto, em vida, Vicente de Lemos e seus confrades foram construindo sua imagem: primeiro, como jurista; em seguida, como ‘homem de arquivo’, em busca da documentação para a defesa do território; depois, como historiador que fundou o IHGRN, que se debruçou sobre a história, mesmo com a frágil saúde. Tal construção não findou com a morte do intelectual: ela continua por anos.<sup>10</sup>

Desse modo, em 3 de dezembro de 1918, quando o cronista de *Papéis Velhos* deu seu o último suspiro, homenagens foram feitas para ele. Uma delas, publicada no estado potiguar<sup>11</sup> e republicada no *Jornal de Recife*, falava do falecimento do ‘venerado desembargador’. A causa da morte teria sido ‘antigos padecimentos’. Destarte, o pernambucano foi considerado “um dos mais velhos magistrados” do estado norte-rio-grandense. A imagem do jurista e do “homem de arquivo” tornava-se a síntese do falecido desembargador, como se observa no fragmento a seguir:

O illustre extinto [...] não só um **devotado cultor das letras jurídicas**, mas também **um apaixonado da historia** patria e principalmente da historia colonial do Rio Grande do Norte, que elle estudou com carinho e [minucia] de *um [benedictino]* e sobre a qual deixou uma obra de valor - Capitães mores do Rio Grande do Norte, em dois volumes, um dos quaes ainda não publicado. **Natural de Pernambuco, mas domiciliado neste Estado ha mais de [30] annos, o venerando magistrado extremecia esta terra com fervor dos seus filhos dilectos.** Quando, ha annos a velha **questão de limites** entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, tomou o character irritante de um conflicto entre gentes de nacionalidades diversas, pela invasão [manu militar] da zona litigiosa pelo Ceará, **foi o desembargador Lemos quem mais serviços prestou ao Estado, no revolver os archivos nacionaes, e perquirir e colleccionar as provas do nosso irretorquível direito ao quinhão territorial pretendido pelos nossos visinhos do Norte.** A victoria dos nossos direitos, que o abalisado *historiador morre com o consolo de ver* **proclamada pelo mais elevado Tribunal do Paiz**, em successivos arestos, **deve-a o Rio Grande do Norte, em sua maior parte ao integro magistrado** que ora baixa a paz imperturbavel do tumulo. (JORNAL DE RECIFE, 1918, n. 342, p. 1, grifo nosso).

Nessa notícia, diversas imagens que foram sendo “montadas” (DIDI-HUBERMAN, 2012) por Lemos e pelos e seus confrades foram repetidos, como a qualidade de jurista, a “paixão” pela história que Vicente Lemos afirmou ter,

<sup>10</sup> Justamente tal imagem aparece no necrológio de 1919 (COSTA, 2021).

<sup>11</sup> Possivelmente, esse texto foi de um dos seus confrades, já que foi publicado no Rio Grande do Norte inicialmente.

principalmente em *Papéis Velhos*, a postura de beneditino do historiador frente aos documentos, como no discurso do desembargador em 1912. Outro ponto que já havia sido enfatizado pelos seus confrades foi o de sua naturalidade. Mesmo sendo pernambucano, Lemos passou mais de 30 anos no estado Rio Grande, que “extremecia esta terra com fervor dos seus filhos mais dilectos”. Ou seja, mesmo não nascido no estado em questão, era como se fosse filho dele. Ademais, a atuação de Vicente de Lemos na questão territorial e seus serviços ao Estado, principalmente nos arquivos, também foram exaltados. A imagem de Lemos seria a junção do jurista com o apaixonado pela história, ou melhor dizendo, com o historiador.

É preciso frisar que a construção da imagem que revelava Vicente de Lemos como “apaixonado” pela história, como “dedicado” a pátria norte-rio-grandense, contribuinte de serviços úteis, homem de honra, era também um elemento destacado no topo magistral do século XIX e início do século XX. Nesse período, algumas das qualidades atribuídas aos que se debruçavam na história eram justamente a lealdade, a honra, o sentimento pátrio e os valorosos serviços (DETONI, 2021, p. 162-163; TURIN, 2005, p. 70-72). Ou seja, Lemos e seus consócios não apenas ajudavam a criar a imagem de historiador para o desembargador, como também contribuíam para reafirmar a legitimidade dos seus escritos. Pois, nesse período, somente um homem íntegro, honrado e dedicado ao labor historiográfico poderia escrever a história, “a verdade” (DETONI, 2021; COSTA, 2021).

### **A construção de um “herói” historiográfico**

Ademais, nos anos seguintes, os confrades do desembargador falecido continuaram a reafirmar sua imagem de “herói historiográfico”. Para analisar isso, foram investigados o necrológio do fundador do IHGRN, criado em 1919, e alguns exemplares da revista, produzidos nos idos de 1952. Nesse caso, faz-se necessário elucidar que tanto o necrológio quanto os exemplares da revista foram criados pelos contemporâneos de Lemos, como Tavares de Lyra, Nestor Lima e Antônio Soares. Nos dois momentos de homenagens, estavam presentes os familiares e amigos do falecido desembargador.

Antes de correremos as páginas dessa revista, é preciso considerar o pensamento de Roger Chartier, segundo o qual, a representação que se pretende universal é permeada de interesses, e não ocorre de maneira unívoca, havendo a

concorrência de representações pelos diversos grupos (CHARTIER, 2002, p. 16-17). Assim, a construção da imagem de Lemos como historiador também servia para legitimar o próprio IHGRN (COSTA, 2021). Discursos contrários à postura projetada pelo grupo que o apoiava também coexistiam, a exemplo da crítica sobre a pesquisa de Vicente de Lemos na *Questão de Grossos*, publicada a cerca de 10 anos depois da morte dele.

Em 1928, no momento em que os velhos papéis relacionados às terras devolutas, em especial cartas de sesmarias, passaram a ser revolidos pelo Estado e pelo IHGRN, a situação do arquivo dessa última instituição era vista como “desalinhada”. As transcrições de sesmarias feitas por Vicente de Lemos e Petronillo Joffely, segundo o relatório, não abrangiam todo o período, haja vista considerarem o ano de 1735 como ponto inicial e não o de 1659. Além disso, elas não foram transcritas por completo, sendo, por esse motivo, caracterizadas como “trabalho fragmentário” (MENSAGEM, 1930, p. 28-30). Tal afirmação pode ser verdadeira ou não, uma vez que, na questão territorial, a procura por documentos necessários para a comprovação da posse fazia com que o trabalho fosse realizado o mais rápido possível.<sup>12</sup> Por outro lado, levando em conta que Lemos doou cópias de vários documentos para o IHGRN, de modo que, se as cartas de sesmarias que transcreveu estiverem mesmo incompletas, esse ponto não foi enfatizado na hora de reafirmar sua imagem. Mas se, por outro lado, elas estiverem completas, isso poderia indicar a tentativa do grupo no poder de deslegitimar o trabalho do grupo familiar anterior.

Tendo isso em vista, pode-se agora revolver as revistas do IHGRN. A escolha das duas revistas justifica-se por ambas possuírem textos dedicados a Vicente de Lemos: a primeira, o necrológio;<sup>13</sup> a segunda, o centenário.

Além da publicação do necrológio em 1919, um mês depois do falecimento de Vicente de Lemos, ocorreu, no salão nobre do Teatro Carlos Gomes, uma homenagem ao ilustrado. Em tal sessão do IHGRN, presidida pelo governador Ferreira Chaves, faziam-se presentes tanto os familiares quanto os “cavalheiros da maior distinção social”. Dentre as homenagens, Manoel Dantas, orador da instituição, fez um discurso descrito como eloquente (COSTA, 2021). Ele “enalteceu os

---

<sup>12</sup> Como pode ser percebido nas cartas de Tavares de Lyra a Lemos. MEDEIROS, 1959.

<sup>13</sup> O necrológio de Lemos já foi trabalhado em outras pesquisas, como a de COSTA (2021) e Luchetti (2017), mas a presente pesquisa se diferencia ao analisar como esse necrológio já reafirmava a imagem de Lemos anteriormente construída.

merecimentos do desembargador Vicente de Lemos, como jurista, como magistrado e, sobretudo como historiador consciencioso e batalhador” (RIHGRN, 1920, p. 337-339). Ou seja, os pontos que outrora já eram enfatizados também se fizeram presentes no necrológio escrito pelo mesmo orador.

No tocante à imagem do autor de *Papéis Velhos*, ainda em vida Lemos foi descrito, por Nestor Lima, como “alma” do IHGRN. Após a morte do pernambucano, ele foi descrito por Dantas como “sustentáculo primordial”, como “cultor da especialidade histórica” e como idólatra da Instituição. Outras qualidades já atribuídas ao intelectual tanto na vida pública como na vida privada foram ressaltadas com bastante ênfase depois do seu último suspiro, como a inteligência, o caráter “patriarca” (dedicado à família), a prudência,<sup>14</sup> a ingenuidade e a timidez. Por conseguinte, toda essa adjetivação dava cor à personalidade da imagem construída. Esta seria do “herói historiográfico”, como o elemento que ele mesmo em vida já afirmava a sua saúde frágil (RIHGRN, 1920; COSTA, 2021). Tal exaltação dos serviços e do caráter do sujeito seriam pontos destacados tanto no necrológico de Lemos, como de outros sujeitos do IHGRN. No caso de Pereira Lemos, a citação no necrológico de 1919 da questão territorial, também estava ligada a ser uma das razões da criação do instituto, e a “figura de homem de arquivo” (COSTA, 2021, p. 5-6).

O ilustrado tornava-se o “mártir”, e sua doença nas palavras de Dantas o seu estado era descrito como “débil organismo já exausto na luta pelo bem alheio”. Essa luta seria, possivelmente, pela justiça e pela história (RIHGRN, 1920; COSTA, 2021). Nas homenagens da década de 1950, Antônio Soares falou de modo explícito sobre a ligação da enfermidade de Lemos com a história, sobre o uso excessivo de lentes, sobre como a utilização de “reativos químicos” para melhor entender os velhos papéis teria gerado “sérios distúrbios visuais e de locomoção, ao mesmo tempo que a artério-esclerose se generalizava no depauperado organizamo” (RIHGRN, 1952, p. 81-82).

Com isso, pode-se perceber que a imagem de Lemos e sua relação com a história vão se aproximando do pensamento de Michelet, qual seja: a história como veneno que consome, e o historiador como sacerdote (BARTHES, 1988). Ademais, a figura do “mártir” não se deu somente pela questão de saúde e dedicação ao próximo, à pobreza. Ela também foi um ponto destacado, tanto em 1919 (RIHGRN, 1920, p.

---

<sup>14</sup> Tais elementos também se faziam presentes em outros necrológicos do IHGRN. LUCHETTI, 2017.

318-339) quanto anos depois por Soares, ao afirmar o “voto de pobreza dos magistrados brasileiros” (RIHGRN, 1952, p. 80).

Se era um exemplo a ser seguido,<sup>15</sup> era assim um “modelo” (RIHGRN, 1920, p. 318; COSTA, 2017). As questões do estado norte-rio-grandense eram tratadas por Lemos como “nossas”. Esse sentimento de pertencimento foi exaltado em sua morte. Como exemplo disso, um dos documentos transcritos no necrológio de 1919, cuja autoria é de Pedro Soares, amigo e pai de um dos genros do historiador, afirma que o Rio Grande do Norte era a “pátria adotiva” (RIHGRN, 1920, p. 335-336; COSTA, 2021) do falecido Lemos. Anos depois, o filho de Soares, genro de Lemos, também ressaltou a ligação dele com o homenageado, afirmando ser o “berço dos seus filhos” (RIHGRN, 1952), como também constava no necrológio de 1919 (COSTA, 2017). Possivelmente, a afirmação da relação de Vicente de Lemos com o estado norte-rio-grandense, como visto anteriormente, começou antes de sua morte. Isso, provavelmente, seria para mostrar que seus feitos, de certo modo, foram realizados por um norte-rio-grandense e não por um “estrangeiro”.

Seus feitos exaltados nas homenagens póstumas enfatizavam principalmente a ‘Questão de Grossos’, a busca documental, a ação como jurista e historiador, a qualidade de pai de família,<sup>16</sup> como também a luta abolicionista e a questão da seca.<sup>17</sup> Quanto aos percalços, foram evidenciadas a saúde fragilizada e a pobreza. A trajetória do falecido desembargador, nas homenagens de 1919 e 1952, difere principalmente sobre a “questão”<sup>18</sup> da nomeação no fim do século XIX, quando Lemos foi exonerado do cargo. Com o passar do tempo, a vida do ilustrado vai sendo lembrada como “sem manchas” (RIHGRN, 1920; RIHGRN, 1952; COSTA, 2017). Tal lembrança também poderia reafirmar, de certa forma, as obras de Lemos, uma vez que o autor delas seria uma pessoa sem “manchas”, sem “erros”, que falava a verdade, que escrevia a história, que teria legitimidade para isso.

Se nas homenagens percebe-se uma construção uníssona das qualidades de Vicente de Lemos, ao buscar os jornais dos períodos de turbulência política do Rio Grande. Encontram-se vozes destoantes enquanto a sua conduta. A exemplo disso,

<sup>15</sup> Segundo Costa, no necrológio de 1919, Lemos foi retratado por Dantas como um exemplo da história a ser seguido, sendo essa concebida como *mestra da vida*. CF: COSTA, 2021; LUCHETTI, 2017.

<sup>16</sup> Elementos já destacados no necrológio de 1919 (COSTA, 2021).

<sup>17</sup> Sendo esses dois citados poucas vezes nas homenagens póstumas.

<sup>18</sup> Que apenas foi caracterizado como ‘momento delicado de sua vida publica’. (RIHGRN, 1920, p. 322). Tal episódio referia-se a final de 1889, quando Lemos teria disso exonerado do cargo público (RIHGRN, 1919).

em 1890, Lemos respondeu por meio da publicação de um texto no jornal *A Republica*, as acusações dele interferir nas eleições (A REPUBLICA, 1890, n. 66, p. 3). Lembrando que tal período foi marcado por instabilidade política no estado (SPINELLI, 2010; BUENO, 2016; SOUSA, 2008). Assim, mesmo que a imagem de Vicente de Lemos com o tempo foi sendo construída como “sem manchas”, querelas também ocorreram na vida do sujeito, que acabaram por ser silenciadas.

Porém, é preciso compreender que o silenciar dessas questões também estava ligada ao *lugar social* das homenagens realizadas para Lemos, mesmo que não seja o objetivo discorrer acerca das mudanças no IHGRN ao longo do período estudado, é necessário fazer algumas considerações. Os necrológicos do instituto estavam ligados à memória da instituição, por isso, tais textos tendiam a não apresentar questões negativas dos sujeitos falecidos (COSTA, 2021, p. 5-6). Como também a ligação entre História e Direito, fazia-se presente como modo de legitimação desde o século XVIII e XIX (KOSELLEC, 2013, p. 149-150). Tal forma de legitimidade da história também fez presente durante a Primeira República (NICOLAZZI, 2016, p. 99). De forma que, no contexto da década de 1950 no IHGRN, segundo Ledson Silva, esse modo de legitimação ainda fazia-se presente, como também por meio de um “processo de teatralização” que dentre outros elementos destacava “antigos sócios” como forma de uma “espécie de consagração coletiva” (SILVA, 2021, p. 25-26; 48). Portanto, pode-se supor que esse seja um dos motivos para as homenagens e reafirmações da imagem de Lemos ao longo do tempo.

Assim, buscou-se a revista da década de 1950. Os autores dos textos ou dos discursos eram amigos próximos de Lemos, como Tavares de Lyra, que escreveu na apresentação do livro de 1912; Antônio Soares, genro e amigo que, dentre as dedicatórias, citou Lemos em 1988, ao escrever o dicionário (SOARES, 1988); e Nestor Lima, amigo do falecido.

Começa-se pela publicação de Lyra. No texto *Recordando dias...*, ele reafirmou diversos elementos já citados anteriormente, dentre eles, o fato de Vicente de Lemos ser representado como a “verdadeira alma” do IHGRN, acrescentando que foi Lemos quem “traçou” os rumos do instituto e da revista, quem procurou recursos e quem também solicitou alguns artigos a serem publicados na revista (RIHGRN, 1952, p. 11-26). Com efeito, Lyra reforçava, assim, a imagem do intelectual falecido como o pilar da instituição. Ademais, Nestor Lima, do mesmo modo que fizera em 1909 (RIHGRN, 1913-1915, p. 5-6), chamou Lemos de a “*alma parens*” da instituição. Mais

ainda: ele reforçou a imagem do labor do homenageado com os velhos papéis, o trabalho árduo da paleografia, que fitava os papéis velhos e que ele mesmo tivera a oportunidade de participar desse processo junto ao seu falecido amigo. Tal experiência, segundo Lima, o envaidecia. O labor junto ao mestre Lemos (RIHGRN, 1952, p. 87) dava-se pela ajuda que o pernambucano tinha dado para o texto da Matriz de Natal. Para Nestor Lima, que em 1952 era o presidente do IHGRN, o fundador da instituição possuía “várias facetas”, o “perfil sereno e heroico de um trabalhador cuidadoso e percuciente, que soube imprimir aos seus trabalhos a nota e o cunho da verdade e da exatidão” (RIHGRN, 1952, p. 75). Assim, era o falecido fundador configurado como o herói historiográfico, o “mais amado filho e intérprete” da instituição potiguar (RIHGRN, 1952, p. 76).

A imagem de Lemos, com o passar do tempo, foi sendo transformada em alegoria. Já não era apenas um “apaixonado” pelos papéis velhos, mas uma “vivente alma do IHGRN” após o túmulo. Esse fato é bastante evidenciado nas seguintes palavras de Nestor Lima:

Ele continua vivo e sempiterno, dentro destas paredes, ao lado destas Estantes, que ele tantas vês perlustrou, dominando estas salas, onde Ele pontificava, no alto daquela GALERIA DE HONRA, ao par dos seus ilustres consócios, que presidiram o Instituto como verdade DEUS-LAR, porque assim é que o consideram aqueles, que, ao seu convívio e sob sua confiança, tiveram a fortuna de orienta-se na vida publica e nos embates pela Historia Local, porque Ele foi, incontestavelmente um mestre e um Amigo, no bom e justo sentido do termo. Honra e gloria lhe sejam tributadas (RIHGRN, 1952, p. 78).

Assim, a imagem do falecido desembargador seria a de alma vivente e permanente na instituição, sendo comparado a “deus-lar”, ou seja, ao criador e responsável por guiar os consócios. Portanto, as várias facetas do jurista, do historiador, do “apaixonado” por velhos papéis, do mestre, do sempiterno foram modificadas com tempo. O instituto por ele criado ajudou, por meio dos confrades, a eternizar de certo modo a imagem do letrado, mas ela continuou<sup>19</sup> a ser construída como a de um “homem de arquivo”, haja vista a trajetória e a produção do autor (COSTA, 2017).

<sup>19</sup> E ainda continua, a exemplo disso no ano 2000, o Memorial do Poder Judiciário, passou a ser nomeado “Desembargador Vicente de Lemos”. Cf. GALVÃO, 2017.

## Considerações finais

Ao longo de sua vida Vicente de Lemos, pesquisou os velhos papéis e trabalhou ativamente na questão territorial (COSTA, 2017). Tal acontecimento foi um marco na vida e no modo do intelectual ser lembrado. Todavia, tal processo de construção da imagem de Lemos, nem de longe foi passiva, ao longo do artigo foi possível perceber que ele mesmo discorreu de sua experiência e enfatizou elementos como a saúde debilitada, a dificuldade do labor do historiador, e outros percalços e características que também foram reafirmadas por seus contemporâneos, mesmo após a sua morte (COSTA, 2021).

Por meio dos discursos, das publicações a imagem de Pereira Lemos foi sendo construída e consolidada. Tal imagem ligada ao *lugar social* de Lemos, perpassava os interesses do Instituto, que via nas homenagens aos antigos sócios meios de legitimação (SILVA, 2021; COSTA, 2017). Mas, tal imagem também era *montada*, por meio das comparações que o próprio Lemos fez em vida, e que foram reforçadas pelos seus contemporâneos após a sua morte (DIDI-HUBERMAN, 2012).

Portanto, esses discursos que foram sendo gestados, (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015) também se constituíam de uma imagem, que ao serem lidos ou escutados, rescritos “montados” foram consolidando uma forma de imaginar quem era Vicente de Lemos. Tal produção também foi marcada pelos silêncios, por aquilo que os ajudaram a destacar determinados elementos da vida de Lemos (DIDI-HUBERMAN, 2012; COSTA, 2021). O quadro dos fundadores personificou a imagem já criada nos discursos sobre aquele que diz ser “apaixonado” pelos velhos papéis.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

AZEVEDO, Patrícia da Silva. **Moldando o espaço por meio das palavras**: História da Historiografia na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1903-1904). Natal, 2020. 175 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

BARTHES, Roland. **Michelet**. Spanish. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

BEVILÁQUA, Clóvis, 1859-1944. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan.-abr. de 2002.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República**: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-18895). Natal: EDUFRN, 2016.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. 2015. 326 f. Tese (doutorado)- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2015.

CERTEAU, Michel de. A produção historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da História**. Trad. de Maria Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Difusão Editorial, 2002.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. **“A Casa da Memória Norte-Rio-Grandense”**: O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a construção do Rio Grande do Norte na memória nacional (1902-1927). 2017. 589 f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História, Porto Alegre, 2017.

COSTA, Bruno Balbino Aires da. Narrar vidas, homenageando a memória dos vultos beneméritos da nação e do Rio Grande do Norte: um ensaio sobre a produção biográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902-1927). **História** (São Paulo), v.40, p. 1-26, 2021.

DETONI, Piero di Cristo Carvalho. **“Pacifica scientiae occupatio”**: a experiência historiográfica no IHGB na Primeira República. 2021. 587 f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo. Departamento de História, São Paulo, 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **Pós**, Belo Horizonte, v.2, n. 4, p. 204-219, nov. 2012.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERNANDES, Saul Estevam. **O (In)imaginável elefante mal-ajambrado**: A retomada a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920). Natal: IFRN, 2016.

GALVÃO, Victor Hugo Souza Pinheiro. **Digitalização do arquivo permanente da vara criminal- comarca de Currais Novos/RN**. 2017. Monografia (Especialização em Adm. Pública), UFRN, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Currais Novos, 2017.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos Emblemas Sinais: Morfologia e História**. Trad. Frederico Carrotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

KOSELLEC, Reinhart. A configuração do moderno conceito de história. In: \_\_\_\_\_. Et. Al. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LUCHETTI, Krishna. “Os conscios mais operosos e estimados no seio de nossa corporação”: os elogios fúnebres na revista do IHGRN (1906 e 1926). **Práxis Pedagógica- Dossiê “Intelectuais e Instituições”**, v. 5, n. 9, p. 18-28, 2017.

NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história a filosofia à síntese sociológica, 1836-1936. **Revista brasileira de História**. SP, v. 36, n. 73, 2016.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história, escrever a história: sobre as configurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. **Revista de História Regional** 15(1): 169-193, Verão, 2010.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “A guarda fiel de nossas tradições e da nossa história”: O museu do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e os heróis potiguares (1902-1917). In: BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (org.). **Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmica; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], 2020.

MEDEIROS, Tarcísio. Augusto Tavares de Lyra, o amigo do meu avô. **RIHGRN**, 1959.

SILVA, Ledson Marcos Sousa da. **Quando o anjo da História sobrevoa as terras sertanejas**: usos e representações da noção de sertão na “casa da Memória Potiguar” (1934-1972). Caíco, 2021, 211 f. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões)- UFRN. Centro de Ensino Superior do Seridó. Programa de Pós-Graduação em História, Caíco, 2021.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. **“Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal”**: a vida intelectual natalense (1889-1930). Natal, 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

SOARES, Antônio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. Mossoró, RN. Imprensa Oficial. Volume I (A - E). Coleção Mossoroense Vol. CDXVII. 1988.

SOUSA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte: 1890-1930**. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, 1957. Os institutos históricos e geográficos: “Guardiões da história oficial”. In: \_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças cientistas, instituições e questões raciais no Brasil- 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Vida de corte: A boa sociedade. In: \_\_\_\_\_. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. 11. Reimpressão. 1998. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SPINELLI, José Antônio. **Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte**: (Primeira República) e outros estudos. Natal: EDUFRN, 2010.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvio Romero e a experiência Historiográfica oitocentista. F. 195. (Dissertação- mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

## Fontes

A REPÚBLICA. Natal, 1890, 1891, 1895, 1902.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1891.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1883, 1918.

MEIRA E SÁ, F. de S. RIHGRN. Natal. RN: Typographia do Instituto, 1904, vol. 2, n.1, p.88.

FERRO, Jacinto Canela de Ferro (Eloy de Souza). **Cartas de um desconhecido**. Seleção, prefácio e notas de Raimundo Nonato. [s. l.] Fundação José Augusto, 1969.

GAZETA DO NATAL. Natal, 1888.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1892.

JORNAL DO COMMERCIO edição da tarde. [Rio de Janeiro], 1918.

JORNAL DE RECIFE. Recife, 1918.

LEMOS, Vicente de. Papéis Velhos. **A República**. Natal, 1907.

LEMOS, Vicente de. **Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1912.

LYRA, Tavares. Carta do Dr. Tavares de Lyra. In: LEMOS, Vicente de. Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte. **Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1912.

MENSAGEM DIRIGIDA ao congresso legislativo do Rio Grande do Norte pelo Dr. Pedro Velho de A. Maranhão governador do estado. Por ocasião de abri-se a sessão extraordinária da 2a. Legislatura em 31 de janeiro de 1895. Natal. Imp. na Typ. d' A Republica, 1896.

MENSAGEM DIRIGIDA pelo governador Joaquim Ferreira Chaves ao Congresso Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte. Ao abrir-se a 3ª Sessão ordinária da 2ª Legislatura. Em 14 de Julho de 1897. Acompanhada do Relatório da Secretaria e anexos. Natal, Imp. na Typ. D' "A Republica". 1897,

MENSAGEM DIRIGIDA pelo governador Joaquim Ferreira Chaves ao Congresso Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte. Ao abrir-se a 4ª Sessão ordinária da 3ª Legislatura. Em 14 de Julho de 1898. Acompanhada do Relatório da Secretaria e anexos. Natal, Imp. na Typ. D' "A Republica". 1899.

MENSAGEM DIRIGIDA perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da terceira sessão da terceira Legislatura pelo governador Alberto Maranhão. Natal. 1900.

MENSAGEM apresentada pelo presidente Juvenal Lamartine de Faria á Assembléa Legislativa, por ocasião da abertura da 1ª Sessão da 14ª Legislatura. Natal: Imprensa Official, 1930.

O MACAUENSE. Macau [RN], 1886.

O REPORTER. Rio de Janeiro, 1879.

RIHGRN . Natal, RN: Typographia d' O Seculo. Volume IV, n. 1, janeiro. 1906.

RIHGRN. Natal, RN: Typographia do Instituto Historico, vol. IX, n. 1-2, 1911.

RIHGRN. Natal, RN: Atelier Typographico M. Vitoriano &.C., vol. XI, XII e XIII, 1913-1915.

RIHGRN, Natal, RN: Athelier Typ. M. Victorino A. Camara & C. v. XVII[?], n. 1-2. [1919], 1920.

RIHGRN. Natal, RN: Atelier Typ. M. Victorino A. Camara & C. v. XVIII-XIX. n. 1-2. 1920-1921. 1921.

RIHGRN. Natal, RN: Tip. Galhardo. vol. XLVIII-XLIX, VI, n. 1, março, 1952 [1951-1952]. Anual, p. 81-82.

RIO GRANDE DO NORTE. Natal, 1891.